

III-095 - INDICADORES SÓCIO-AMBIENTAIS-ECONÔMICOS NA GESTÃO DE COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Clarisse Budakian Aramian ⁽¹⁾

Geógrafa pela Universidade Federal Fluminense. Mestranda em Engenharia de Biosistemas pela Universidade Federal Fluminense.

Francine Barcellos de Andrade Colonia ⁽²⁾

Graduanda em Engenharia Agrícola e Ambiental pela Universidade Federal Fluminense.

Dirlane Fátima do Carmo ⁽²⁾

Agrônoma pela Universidade Federal de Viçosa. Mestre em Ciências da Engenharia Ambiental pela Escola de Engenharia de São Carlos. Doutora em Hidráulica e Saneamento pela Escola de Engenharia de São Carlos. Professora Adjunto IV na Universidade Federal Fluminense.

Endereço⁽¹⁾: Rua Passo da Pátria, 156 – Campus da Praia Vermelha – Escola de Engenharia/Departamento de Engenharia Agrícola e do Meio Ambiente, Bloco D, sala 235 Niterói - RJ - CEP: 24210-240 - Brasil - Tel: (21) 2629-5362 - e-mail: clarissearamian@gmail.com

RESUMO

Após seis anos da promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), alguns princípios e metas ainda não foram consolidados. Prerrogativas como a Gestão Integrada e fomento à inclusão de Cooperativas de Catadores de Material Reciclável (CCMR) no processo de Logística Reversa ainda estão em curso. Dispositivos Legais, Programas de Governo e Acordos Setoriais foram implementados, mas sem a eficiência esperada. Apesar de seu papel protagonista, as CCMR não têm gestão adequada para ser sustentáveis econômica, socialmente e ambientalmente, dependendo de assistencialismo para manutenção da atividade. Coube a esse estudo propor uma matriz de indicadores que possam ser aplicados ao desenvolvimento sustentável de CCMR, utilizando como estudo de caso a região de Jardim Gramacho no município de Duque de Caxias (Rio de Janeiro). Através de diagnóstico institucional da categoria e avaliação do Contexto Histórico do bairro, foi possível aplicar metodologias de planejamento, visando definir os indicadores e desenvolver um Plano de Ação para validar a Matriz de indicadores de sustentabilidade com 12 das 18 CCMR do bairro.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade, matriz, reciclagem.

INTRODUÇÃO

A gestão integrada dos Resíduos Sólidos (RS) preconizada pela Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, Lei federal nº.12.305 (BRASIL, 2010a) envolve diferentes intervenientes: setor público, setor privado, consumidores e cooperativas de catadores. Através do Decreto federal nº7.404 (BRASIL, 2010b) que a regulamentou, o destino adequado dos RS sofreu mudanças profundas. Nesse sentido, dispositivos legais, políticas públicas e acordos setoriais trouxeram para o centro do debate os catadores de materiais recicláveis, que antes da PNRS eram ignorados.

Após seis anos de promulgação da PNRS alguns princípios e metas ainda não foram consolidados. Prerrogativas como a Gestão Integrada e fomento à inclusão de Cooperativas de Catadores de Material Reciclável (CCMR) no processo de Logística Reversa ainda estão em curso. Dispositivos Legais, Programas de Governo e Acordos Setoriais foram implementados, mas sem a eficiência esperada. Assim, um dos desafios é como incluir os catadores no mercado da reciclagem, garantindo a autonomia, competitividade e independência financeira e administrativa.

Ressalta-se que apesar de seu papel protagonista, as CCMR não têm gestão adequada para ser sustentáveis econômica, socialmente e ambientalmente, dependendo de assistencialismo para manutenção da atividade. Assim, a definição de indicadores padrão para esse tipo de planejamento, além de facilitar à tomada de decisão, auxiliaria na identificação de objetivos e metas, tornando comparáveis diferentes projetos e diagnósticos.

Neste trabalho foi proposta uma Matriz de Indicadores segundo diferentes dimensões: econômica, social, ambiental e cultural, para Cooperativas de Catadores de Material Reciclável utilizando como estudo de caso o Bairro de Jardim Gramacho, no município de Duque de Caxias – RJ. Através de diagnóstico institucional da categoria e avaliação do Contexto Histórico do bairro, foi possível aplicar metodologias de planejamento, visando definir os indicadores e desenvolver um Plano de Ação para validar a Matriz de indicadores de sustentabilidade com 12 das 18 CCMR do bairro.

MATERIAIS E MÉTODOS

A partir da metodologia do *Pathway Process for Circles of Social life* (JAMES, 2015) é possível agregar informações e dados de maneira sucinta e de fácil entendimento, fornecendo um guia prático de intervenção para atingir a Sustentabilidade das Cooperativas de Catadores de Material Reciclável. Entretanto, para que possa ser aplicada são necessárias ferramentas de planejamento que viabilizem o processo de desenvolvimento equilibrado e eficiente nas diferentes dimensões. Dessa forma, para que as CMR tenham um planejamento como base para atender à PNRS, o uso de tais ferramentas atende ao conceito do “processo de desenvolvimento local sustentável” proposto por Kronemberger (2011), que considera que os diagnósticos fornecem a base para as escolhas e o planejamento do processo de desenvolvimento é que fornece os rumos a serem seguidos, sendo que a implantação e o acompanhamento do plano de ação devem ser avaliados por meio de indicadores.

Para definir o contexto da reciclagem visando o desenvolvimento local sustentável é importante pesquisar as forças motrizes, sejam elas de impacto positivo ou negativo. Neste sentido, este trabalho foi desenvolvido com 12 cooperativas ativas no bairro de Jardim Gramacho (Duque de Caxias, Rio de Janeiro), aptas à análise de perfil e desenvolvimento por meio Matriz FOFA (acrônimo de Forças, Oportunidades, Fraquezas, Ameaças). A lista de Cooperativas CMR ativas em Jardim Gramacho foi criada a partir do *site* “Rota da Reciclagem” e Farias (2016), tendo sido inicialmente recolhidos os dados básico, como: nome, endereço e contato.

Para a caracterização das Cooperativas de CMR foi realizada a análise do contexto histórico do bairro, que teve forte influência da operação (durante 34 anos) de um dos maiores Aterros da América Latina. Para traçar o perfil das instituições, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, de acordo com conceito de Laville e Dionne (1999), a cada presidente das cooperativas visando identificar os diferentes aspectos que envolvem o pleno desenvolvimento das Cooperativas, segundo as dimensões de sustentabilidade apontadas por James (2014).

Para implementar “Planos de sustentabilidade” nas Cooperativas de CMR, foram habilitados compromissos formais estabelecidos por meio de Carta Convite entregue em mãos e via E-mail a todos os constituintes do projeto. Foi formulado também o Cronograma de Ações, com as atividades e prazos. Desenvolveu-se também a capacitação da analista de campo. O processo de implementação foi articulado junto aos gestores das cooperativas através de reuniões, visita *in loco* e contato direto pelos meios de comunicação.

Foram então definidas as fontes de dados e determinados os dados relevantes disponíveis. Para o caso da comunidade de Jardim Gramacho, não há estudos específicos do bairro, mas através do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) foi possível estabelecer parâmetros considerando os dados do município de Duque de Caxias. E como referência para a categoria de Catadores, foi utilizado o Projeto Catadores e Catadoras em Redes Solidárias (CRS), que em sua primeira fase (2013) analisou o perfil socioeconômico e demográfico de catadores e catadoras em 41 municípios do estado do Rio de Janeiro. Os 20 indicadores, divididos em três dimensões analíticas, serviram como parâmetro inicial ao diagnóstico realizado com os 12 membros de diretoria das cooperativas do bairro. Dentre os referidos indicadores, foram utilizados (Projeto CRS, 2013): distribuição regional; distribuição por sexo; escolaridade; tempo dedicado à atividade de catação; capacitação e renda média proveniente da catação.

Para definir a matriz de indicadores que pudessem ser aplicados na auto-gestão dessas cooperativas de catadores de materiais recicláveis (CCMR), foram verificados de maneira prévia os riscos e desafios envolvidos em alcançar a sustentabilidade nas cooperativas. Assim, de forma a auxiliar na criação dos círculos de sustentabilidade para monitoramento das Cooperativas de CMR, os indicadores foram definidos levando-se em consideração os diferentes domínios: ecológico, econômico, político e cultural. Os parâmetros dos indicadores

foram norteados pela legislação vigente, que regulamenta a atividade de forma direta e/ou indireta, sendo as principais: a PNRS (BRASIL, 2010a), os decretos 7.404/10 (BRASIL, 2010b) e 7.405/10 (BRASIL, 2010c) e a Lei do Cooperativismo (BRASIL, 1971).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a caracterização dos empreendimentos foi realizada uma entrevista semiestruturada a cada presidente das cooperativas visando identificar os principais aspectos necessários a autogestão eficiente e sócio ambientalmente responsável. Quanto mais respostas afirmativas, mais próximo do ideal de sustentabilidade a Cooperativa estaria. Além disso, foram formuladas perguntas de auto avaliação da cooperativa que seriam passíveis de serem revisitadas e comparadas. Através de perguntas de graduação foi possível verificar quais foram as demandas urgentes e compará-las com as demandas essenciais (que se solucionadas causariam maior impacto), que nem sempre coincidem, de acordo com Kronemberger (2011).

As respostas foram traduzidas em diferentes indicadores cada qual segundo os diferentes domínios da sustentabilidade, a saber: social, econômico, ecológico e cultural, como demonstrado na figura abaixo:



Figura 1. Matriz de Indicadores de Sustentabilidade para Cooperativas de Catadores de Material Reciclável do Bairro de Jardim Gramacho.

Dentre as 12 cooperativas entrevistadas existe uma supremacia do gênero feminino à frente das mesmas, com o percentual de 58,3%. Esse aspecto confere o papel de liderança às mulheres e seu engajamento no ofício de catador organizado. Em muitos casos, a mulher acumula a função de chefe de família, com o companheiro em estado prisional ou mesmo falecido.

As 12 cooperativas representam um universo de 210 cooperados, com uma média de 17 cooperados por instituição. A divisão de gênero é equilibrada sendo 54% mulheres e 46% homens. Esse dado destoa em 22,9 pontos percentuais da média nacional de 31,1% de mulheres, e ainda mais da média estabelecida para a Região Sudeste de 30,9% de mulheres catadoras (IPEA,2013). O que requer adaptações aos Programas de Governo e até criações de políticas específicas que atendam à essa característica.

A partir da matriz estabelecida, considerando a dimensão cultural e o indicador escolaridade verificou-se que a taxa de analfabetismo entre os cooperados do bairro de Jardim Gramacho é mais alta que a média nacional

(20,5%) e a média para a Região Sudeste (34%) (IPEA,2013). A taxa de analfabetismo entre as cooperadas do bairro (41%) é ainda maior do que a taxa de analfabetismo entre os Cooperados (31%).

Considerando o indicador responsabilidade socioambiental verificou-se que era evidente o interesse das cooperativas em realizar ações de incentivo e conscientização à coleta seletiva e conscientização ambiental em escolas, na comunidade e em empresas com taxa de 91,7% de ações nesse sentido. Contudo, 41,7% das cooperativas não realizaram ações de conscientização no último ano. Essa característica demonstra o potencial à ser explorado com apoio do poder público, ONG's e setor privado. A criação de "Planos de Ação" no bairro seria uma forma interessante de divulgar as Cooperativas, com a valorização da categoria, e estimular a população do bairro, com incremento na educação.

Na avaliação da dimensão econômica, considerando o indicador renda e controle, observou-se que um dos maiores benefícios da organização dos catadores em cooperativas foi a conquista da garantia da renda fixa. A partir das entrevistas foi possível verificar que os catadores cooperativados conseguiam manter um padrão de renda mensal de R\$1.026,82 em média. Esse dado é 80% superior à renda média nacional de R\$571,56 e 63% maior que a média de renda dos catadores da região sudeste de R\$629,89, de acordo com dados do IPEA (2013). Essa particularidade demonstra a capacidade de administração e gestão financeira das Cooperativas, que conseguem manter um volume de trabalho tal que é convertido em Renda superior à média Nacional.

Verificou-se que são triados em média 637 toneladas/mês de resíduos pelo conjunto de cooperativas entrevistadas. Contudo, havia diferenças expressivas no volume de triagem. Apenas quatro cooperativas eram responsáveis por 74% de todo o resíduo triado por mês. E as demais (66%) instituições triavam até 30 Toneladas/mês, com um total absoluto de resíduo de 161 Toneladas. Essa discrepância se deve em parte pelos diferentes níveis de formalização e quantidade de apoio externo às cooperativas.

De todo o resíduo que chega às cooperativas do bairro, 21% do volume era classificado como rejeito, material sem tecnologia disponível para ser introduzido na cadeia da reciclagem. Cabe ressaltar ainda que o resíduo que chegava às cooperativas sofria o mínimo de segregação na fonte geradora, ou seja, já foi separado dos resíduos perigosos e dos resíduos orgânicos visto que as cooperativas são vedadas de receber esses tipos de materiais. O rejeito era composto basicamente de variedades de plásticos, espelhos, papel húmido, isopor e madeira.

Na dimensão política, considerando o indicador formalização foram avaliados os aspectos básicos à formalização de cooperativas. Todas as instituições entrevistadas informaram possuir CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) ativo e ata de fundação registrada na JUCERJ (Junta Comercial do estado do Rio de Janeiro, documento que equivale ao contrato social. Já Inscrição Estadual, apenas 58% das Cooperativas possuíam e destas apenas uma possuía certificado digital que é um item obrigatório para Emissão de Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e) de compra e venda de produtos (no caso resíduos). A relevância dessa questão é que se apresenta como um dos entraves a comercialização direta com a indústria recicladora e parceria de grandes geradores, que exigem Emissão de NF-e.

Dentre os demais documentos básicos exigidos pelos órgãos de controle estadual e municipal, ao menos 66% das Cooperativas entrevistadas declararam não possuir a referida documentação, sendo que 83% afirmaram que seus documentos estão em processo de adequação. Ou seja, significa que apesar das cooperativas não estarem formalizadas, também não estão inertes no processo.

Na dimensão ecológica, considerou-se o indicador "segurança e qualidade de vida no trabalho" que visava apontar padrões no ambiente laboral da cooperativa. Seguindo os preceitos estabelecidos pela Lei federal no. 12.390 (BRASIL, 2012), dentre os direitos equivalentes aos trabalhistas oferecidos pelas cooperativas, apenas o limite de 8 horas de trabalho por dia ou 44 horas semanais (100% de adesão), e a garantia de salário mínimo (58,3% de adesão), obtiveram taxas superiores à 20%. Já o INSS era recolhido para todos os participantes em apenas 50% das Cooperativas, sendo que 33,3% recolhiam parcialmente e 16,5% não recolhiam. Essa característica é desfavorável, pois é através do recolhimento de INSS que o cooperado adquire direitos à aposentadoria e auxílios em casos de doença e acidente de trabalho.

Por meio do indicador "destinação de rejeitos" verificou-se que a maioria dos rejeitos das cooperativas não possuíam destinação final adequada, sendo que em 66,7% dos casos, os rejeitos eram descartados em vazadouros clandestinos. As cooperativas alegaram uma série de dificuldades para dispor os rejeitos de

maneira adequada, tais como: a ausência de apoio/ suporte da prefeitura para destinar o rejeito (91,7%); o custo logístico (83,3%) e o custo de disposição nas áreas licenciadas (75%).

Deve-se ressaltar ainda, que de acordo com os cooperados, para destinar adequadamente os rejeitos gerados nas cooperativas em aterros ou transbordos licenciados existem entraves contratuais com as empresas administradoras das áreas licenciadas (75%) e o critério de volume mínimo mensal elevado exigido pelas áreas licenciadas (66,7%) era o que dificultava ainda mais o atendimento à essa condicionante.

CONCLUSÕES

Para alcançar a autogestão e a organização do trabalho visando minimizar as fraquezas e ameaças maximizando as forças e potencializando as oportunidades, verificou-se que o primeiro passo é a formalização.

Os dados disponíveis permitem a criação de uma matriz de indicadores de sustentabilidade que pode ser aplicada às cooperativas do bairro de Jardim Gramacho, considerando diferentes dimensões da sustentabilidade: econômica, ecológica, social e cultural que além de conferir o caráter genérico ao diagnóstico, permite a comparação entre as cooperativas e a geração de uma série histórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL Lei Federal No. 5674. Diário Oficial da União, 16 de dezembro de 1971.
2. BRASIL, 2010a – PNRS - Lei no.12.305. Diário Oficial da União, seção 1, 03/08/2010, página 3.
3. BRASIL, 2010b – Decreto Federal no, 7404. Diário Oficial da União, seção 1, Edição extra, 23/12/2010, página 1.
4. BRASIL, 2010c – Decreto Federal no, 7405. Diário Oficial da União, seção 1, Edição extra, 23/12/2010, página 7.
5. BRASIL, 2012 – Lei Federal no, 12690. Diário Oficial da União, seção 1, 20/07/2012, página 7.
6. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. CIDADES, 2010. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=330170&search=||info%EFicos:-informa%E7%F5es-completas>.
7. IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável: Brasil. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf
8. JAMES, Paul et al (with Liam Magee, Andy Scerri, Manfred Steger). Urban Sustainability in Theory and Practice: Circles of Sustainability. Advances in Urban Sustainability Series. Routledge, London and New York, 2015.
9. JAMES, Paul. Guideline 1.1. Circles of Social life: Process Pathway.v3.2. Global Compact Cities Programme and metropolis, 2014. Disponível em: <http://www.circlesofsustainability.org/wp-content/uploads/2014/10/Tool-1.1-Overview-and-Process-Pathway.pdf>
10. KRONEMBERGER, Denise. Desenvolvimento local sustentável: uma abordagem prática. Editora Senac. São Paulo, 2011.
11. LAVILLE, C; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas /; tradu9ço HeloisaMonteiro e Francisco Settineri. — Porto Alegre : Artmed; BeloHorizonte: EditoraUFMQ 1999.
12. CRS – Projeto Catadores e catadoras em redes solidárias: sistematização da experiência e diagnóstico socioeconômico e demográfico. Vol 1, setembro 2013.